

# SABERES TRADICIONAIS O SELO INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NA AMAZÔNIA

## TRADITIONAL KNOWLEDGE THE GEOGRAPHIC INDICATION SEAL IN THE AMAZON

Maura Cardoso de Sousa<sup>1</sup>

Maria José de Souza Barbosa<sup>2</sup>

Adebaro Alves dos Reis<sup>3</sup>

Roberta de Fátima Rodrigues Coelho<sup>4</sup>

Antonio Jorge Paraense da Paixão<sup>5</sup>

Área Temática III: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmica Territoriais e Conhecimentos  
Tradicionalis

Modalidade: Artigo Científico

### Resumo

A Amazônia é marcada por uma rica diversidade sociocultural, composta por povos tradicionais, migrantes de várias regiões do Brasil e populações de origem estrangeira, cujas vivências se entrelaçam em modos de vida fortemente ligados ao território. Essas comunidades enfrentam, historicamente, processos de expropriação, etnocídio e violência, mas também expressam resistência por meio de práticas produtivas sustentáveis e saberes tradicionais em profunda interação com a natureza. Nesse cenário, as Indicações Geográficas (IGs) surgem como instrumentos de valorização da agricultura familiar, agregando valor a produtos enraizados na identidade cultural e nos recursos naturais da região. Experiências como o açaí de Cametá, o chocolate da Ilha do Combú e a farinha de Bragança ilustram as potencialidades e os desafios da aplicação das IGs na Amazônia. Apesar dos avanços na valorização dos saberes locais e no reconhecimento simbólico desses produtos, persistem obstáculos como a exclusão de agricultores familiares, a fragilidade da governança e a baixa articulação com práticas educativas transformadoras. A priorização do mercado em detrimento das dinâmicas locais pode comprometer a sustentabilidade dos projetos e aprofundar desigualdades. Este artigo propõe uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa, combinando estudos acadêmicos e documentos institucionais sobre IGs na Amazônia. A análise aponta a necessidade de modelos participativos de governança, baseados na educação popular e na economia solidária, para que as IGs cumpram seu papel como estratégia de desenvolvimento sustentável. Fortalecer as redes cooperativas e reconhecer os territórios como espaços de resistência são caminhos fundamentais para consolidar políticas públicas inclusivas e duradouras.

**Palavras-Chave:** Indicação Geográfica; Repercussão; Saberes Tradicionais; Amazônia.

### Abstract

The Amazon is marked by a rich socio-cultural diversity, made up of traditional peoples, migrants from various regions of Brazil and populations of foreign origin, whose experiences are intertwined in ways

<sup>1</sup> Instituto Federal do Pará-Castanhal; mauracardoso123@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social, professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares – PPDRGEA; e-mail: mjsb.ufpa@gmail.com

<sup>3</sup> Instituto Federal do Pará-Castanhal; adebaro.reis@ifpa.edu.br

<sup>4</sup> Instituto Federal do Pará-Castanhal; roberta.coelho@ifpa.edu.br

<sup>5</sup> Instituto Federal do Pará-Castanhal; antonio.paraense@ifpa.edu.br

of life that are strongly linked to the territory. These communities have historically faced processes of expropriation, ethnocide and violence, but they also express resistance through sustainable production practices and traditional knowledge in deep interaction with nature. In this scenario, Geographical Indications (GIs) have emerged as instruments for valuing family farming, adding value to products rooted in the region's cultural identity and natural resources. Experiences such as açaí from Cametá, chocolate from Combú Island and flour from Bragança illustrate the potential and challenges of applying GIs in the Amazon. Despite the progress made in valuing local knowledge and the symbolic recognition of these products, obstacles persist, such as the exclusion of family farmers, weak governance and poor coordination with transformative educational practices. Prioritizing the market to the detriment of local dynamics can compromise the sustainability of projects and deepen inequalities. This article proposes a literature review with a qualitative approach, combining academic studies and institutional documents on GIs in the Amazon. The analysis points to the need for participatory models of governance, based on popular education and solidarity economy, if GIs are to fulfill their role as a sustainable development strategy. Strengthening cooperative networks and recognizing territories as spaces of resistance are fundamental ways of consolidating inclusive and lasting public policies.

**Key words: Geographical Indication; Repercussion; Traditional Knowledge; Amazon.**

## 1. Introdução

A região amazônica que é formada por comunidades e povos tradicionais, migrantes de diferentes partes do país e diversos povos de origem estrangeira, sob uma mistura revelando-se por meio de uma mistura cultural (Fernandes, 2021).

Estes povos e comunidades tradicionais são marcados por lutas e resistências associada aos processos de colonização, expropriação, violência e etnocídio (Bispo Santos, 2007). Contudo, é essencial situar essa dinâmica social onde os saberes e as práticas produtivas tradicionais associados ao uso da natureza, para Bispo Santos (2007), refletem modos de vida desenvolvidos por essas comunidades, muitas vezes baseados em relações respeitosas e biointerativas com a natureza.

Nesse contexto, vem se inserindo as Indicações Geográficas (IGs) que assumem uma importância significativa, pois fornecem meios para a valorização da agricultura familiar (Bianchini, 2019; Sousa, 2023). Casos de estudo na região amazônica, como o do açaí de Cametá, o chocolate da Ilha do Combú e a farinha de Bragança, detalham a aplicação e os desafios desse instrumento no referido bioma (Cruz; Cabral, 2023; Ferreira; Bezerra, 2023; Muniz, 2019).

Nesse sentido, a aplicação da tecnologia de Indicação Geográfica (IG), nessas comunidades locais, envolve desafios que podem comprometer o desenvolvimento territorial, especialmente quando há exclusão dos atores locais e priorização do mercado, resultando em desigualdades e perda de elementos tradicionais (Dallabrida; Baukart; Guinzani, 2020; Maiorki;

Dallabrida, 2015; Oliveira, 2015; Kruppa, 2005), na medida em que essa dinâmica pode limitar o desenvolvimento sustentável e duradouro (Pellin, 2019), sendo essencial avaliar cuidadosamente a viabilidade e os riscos dos projetos de IG (Oliveira, 2015).

Nesse sentido a discussão sobre as IGs na Amazônia deve considerar de que forma esse instrumento pode contribuir para a valorização e proteção dos sistemas de conhecimento tradicional e das identidades territoriais, reconhecendo a resiliência e os esforços contínuos das populações locais, em preservar seus modos de vida e práticas produtivas diante de desafios históricos e contemporâneos.

As IGs funcionam como selos que identificam a origem e as peculiaridades de um produto, sendo classificadas em duas modalidades: a Denominação de Origem (DO), que se relaciona a características específicas do meio geográfico, e a Indicação de Procedência (IP), vinculada à reputação e tradição associadas ao local de origem, conforme o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI, 2021).

A Amazônia conta, atualmente, com dezoito Indicações Geográficas distribuídas entre os estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Tocantins e Roraima. Essas IGs abrangem produtos emblemáticos da região, como guaraná, açaí, cacau, farinha de mandioca, peixes ornamentais e artesanato, refletindo sua rica diversidade cultural e biológica (Lima, 2024; INPI, 2021).

No estado do Pará foram concedidos quatro selos a saber: amêndoa de cacau de Tomé-Açu, farinha de Bragança, queijo do Marajó, waraná e bastão de waraná da Terra Indígena Andirá-Marau. Essas IGs foram requisitadas por produtores regionais em parceria com diferentes instituições, com o objetivo de valorizar e dar visibilidade visando garantir a originalidade de produtos que apresentam qualidade única (Da Silva, 2020; Sousa, 2023; Lima, 2024).

Apesar dos repercussões das IGs na Amazônia, as experiências são pouco sistematizados na academia e os estudos existentes nem sempre contemplam a complexidade envolvida na implementação dessas políticas públicas, especialmente, no que se refere à valorização dos saberes tradicionais, à inserção solidária em cadeias produtivas e à gestão de empreendimentos agroalimentares, aspectos estes essenciais para que os benefícios das IGs fortaleçam a autonomia e a organização das comunidades, e não apenas o mercado.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como as IGs estão sendo apropriadas pelas comunidades amazônicas e em que medida contribuem para a valorização de seus modos de vida, bem como para o fortalecimento de formas solidárias e sustentáveis de produção. Essas análises são especialmente relevantes diante das ameaças crescentes aos territórios tradicionais e à biodiversidade regional.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão sobre os impactos do selo de Indicações Geográficas na Amazônia, com foco nas dimensões de sustentabilidade socioambiental, educação popular, economia solidária e gestão de empreendimentos agroalimentares.

## 2. Metodologia

### 2.1 Tipo de estudo

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura com abordagem qualitativa e caráter exploratório. Foram analisadas produções científicas, dissertações, livros e documentos institucionais que abordam as Indicações Geográficas no Brasil, com ênfase na região amazônica, com o objetivo de identificar, analisar e sintetizar produções científicas sobre os impactos das Indicações Geográficas (IGs), considerando suas interfaces com a sustentabilidade, a economia solidária, a educação, e a gestão de empreendimentos agroalimentares.

A seleção dos materiais priorizou publicações que discutem as IGs em relação a aspectos sociais, ambientais, educativos e organizacionais. A busca dos materiais foi realizada de forma não sistematizada, considerando referências já conhecidas da pesquisadora, indicações de bibliografias de artigos e pesquisas por descritores em plataformas como Google Scholar, SciELO, Scopus, Web of Science e bases institucionais. A seleção considerou a relevância temática e a contribuição para o debate sobre IGs, educação, sustentabilidade, economia solidária e gestão territorial, como critérios de inclusão e exclusão.

### 2.2 Estratégia de busca

A busca foi realizada nas bases de dados científicas demonstrada no quadro 1 a seguir, assim como descritores utilizados e critérios de inclusão e exclusão:

Quadro 1. Busca, descritores e seleção da literatura utilizada na construção do artigo.

<b>Busca</b>	<b>SciELO, Scopus, Web of Science e Google Scholar (para ampliar a busca por literatura cinzenta e estudos locais), com utilização dos seguintes descritores</b>
<b>Descritores</b> (As buscas utilizaram os seguintes descritores combinados com operadores booleanos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Indicação Geográfica” OR “Geographical Indication”</li> <li>• AND “Amazônia” OR “Amazon”</li> <li>• AND “Sustentabilidade” OR “Sustainability”</li> <li>• AND “Economia Solidária” OR “Solidarity Economy”</li> <li>• AND “Gestão” OR “Management”</li> <li>• AND “Educação” OR “Education”</li> <li>• AND “Agricultura Familiar” OR “Family Farming”</li> </ul> <p>Período considerado: 2000 a 2024 Idioma: Português, Inglês e Espanhol</p>
<b>Critérios de inclusão e exclusão</b>	<p><b>Inclusão:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos empíricos, teóricos ou revisões anteriores que abordem IGs na Amazônia ou em regiões com características socioambientais semelhantes;</li> <li>• Trabalhos que relacionem IGs a pelo menos uma das dimensões: sustentabilidade, economia solidária, educação ou gestão;</li> <li>• Publicações com texto completo disponível.</li> </ul> <p><b>Exclusão:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos duplicados;</li> <li>• Trabalhos com foco exclusivamente técnico/comercial sem abordagem territorial, social ou educativa;</li> <li>• Resumos simples, apresentações de slides e notas não revisadas por pares.</li> </ul>

## 2.2 Análise

A análise dos textos foi realizada por meio da análise temática conforme Mattos (2015), segundo as etapas descritas no quadro 2, organizando a análise temática e categorização em quatro eixos analíticos: sustentabilidade socioambiental, educação e saberes locais, economia solidária e gestão de empreendimentos com IGs, com o objetivo de compreender as potencialidades, desafios e contradições das IGs na Amazônia, com base nas evidências presentes na literatura consultada.

Quadro 1. Etapas da análise da literatura para escrita do estudo.

DESCRIÇÃO	REGISTROS NAS BASES SELECIONADAS
TRIAGEM	Leitura de títulos e resumos.
SELEÇÃO	Leitura completa e aplicação dos critérios de inclusão/exclusão.
EXTRAÇÃO DE DADOS	Objetivos, abordagem metodológica, resultados principais, categorias temáticas e conclusões.
ANÁLISE TEMÁTICA E CATEGORIZAÇÃO (IMPACTOS DAS IGS, ORGANIZADOS EM EIXOS)	a) Sustentabilidade socioambiental b) Saberes e práticas educativas c) Estratégias de economia solidária d) Modelos de gestão e governança de empreendimentos

Fonte: elaborado pelo autor, (2025).

Após a triagem e critérios de elegibilidade da literatura sobre análise temática abordada, foram selecionados vinte e um (21) artigos para aprofundamento. As publicações concentram-se, em sua maioria, nos últimos dez anos, evidenciando o aumento recente do interesse acadêmico sobre Indicações Geográficas, como instrumento de desenvolvimento territorial na Amazônia.

A distribuição temática mostra maior incidência de estudos voltados à sustentabilidade ambiental e produtiva dos sistemas agroalimentares, seguidos de análises sobre valorização de saberes tradicionais e experiências de gestão participativa em empreendimentos com IG. Por outro lado, há ainda escassez de trabalhos que articulem explicitamente educação popular ou economia solidária como dimensões centrais das IGS.

### 3. Resultados/Discussões

#### 3.1 Panorama geral dos artigos analisados sobre IGS

O quadro 3 apresenta a síntese da literatura analisada sobre os contextos, foco temático, dimensões e principais contribuições em relação às Indicações Geográficas (IGs), sustentabilidade, gestão territorial, economia solidária e agricultura familiar na Amazônia.

Quadro 3. Quadro resumo da literatura selecionada sobre IGs, Amazônia e sustentabilidade.

Autor(es)/Ano	Localização/Contexto	Foco Temático	Dimensões Abordadas	Principais Contribuições
Barbieri <i>et al.</i> (2010)	Brasil (teórico)	Inovação e sustentabilidade nas organizações	Ambiental, Social, Econômica	Relaciona inovação sustentável à teoria institucional e gestão estratégica.
Carvalho (2016)	Cruzeiro do Sul - Acre	Agrobiodiversidade, farinha de mandioca e IG	Socioambiental, Cultural, Econômica	Aponta desafios da IG para a conservação e valorização local.
Cruz e Cabral (2023)	Cametá - PA	Potencial de IG para o açaí	Econômica, Social, Político-institucional	Defende a viabilidade da IG para diferenciar e valorizar o açaí regionalmente.
Dallabrida <i>et al.</i> (2020)	SC e experiências nacionais	Avaliação de experiências com IGs	Territorial, Institucional	Analisa a articulação institucional e territorial nos processos de IG.
Ferreira e Bezerra (2023)	Ilha do Combú - PA	IG de chocolate para único produtor	Cultural, Institucional, Econômica	Estudo inédito sobre IG individual e seu impacto na valorização comunitária.
Monje-Reyes (2011)	América Latina (teórico)	Economia solidária, descentralização e gestão social	Econômica, Política, Organizacional	Debate o papel da gestão social e do cooperativismo como resistência ao modelo neoliberal.
Muniz (2019)	Bragança - PA	Farinha como patrimônio e IG	Cultural, Identitário, Econômico	Discute os sentidos simbólicos e identitários do consumo da farinha de Bragança.
Sousa <i>et al.</i> (2023)	Bragança - PA	Cultivo de mandioca e impactos socioambientais	Ambiental, Econômica, Cultural	Aponta os impactos ambientais do cultivo e defende práticas agroecológicas.
Valente <i>et al.</i> (2013)	Brasil (nacional)	Reconhecimento de IGs	Econômica, social, territorial, legal	Mapeia atores envolvidos; destaca desafio entre qualidade e território.

Maiorki e Dallabrida (2015)	RS/SC	IGs e desenvolvimento territorial	Econômica, territorial, social	IGs promovem renda e desenvolvimento com apoio institucional.
Pellin (2019)	Brasil	Atores e metodologias das IGs	Econômica, social, cultural, ambiental	Destaca o protagonismo local e limites mercadológicos das IGs.
Da Silva (2020)	Bragança-PA	Sustentabilidade e conflitos institucionais	Sustentabilidade, Gestão	Aponta distanciamento entre IG e práticas tradicionais locais.
Bianchini (2019)	Brasil (teórico)	Modelos de gestão de IGs	Gestão, Governança	Propõe estratégias para planejamento coletivo em IGs.
Sousa (2023)	Santa Luzia do Pará	Sustentabilidade de agroecossistemas com IG	Sustentabilidade, Gestão	Critica lógica produtivista em plano de ação da IG da farinha de Bragança.
Oliveira (2015)	Bragança – Pará	Indicação Geográfica e produtos tradicionais	Direito, desenvolvimento territorial, saberes locais	Estudo de caso da farinha de Bragança; destaca a importância do desenvolvimento territorial.

Fonte: elaborado pelo autor, (2025).

A literatura e as fontes de dados que tratam explicitamente as Indicações Geográficas no contexto brasileiro e, mais especificamente, na Amazônia (Cruz; Cabral, 2023), abordam diversos impactos potenciais das IGs. Nessas abordagens verifica-se que há a expectativa de agregação de valor a produtos típicos e de qualidade diferenciada, conforme Maiorki; Dallabrida (2015), uma vez que estas são capazes de valorizar o saber-fazer tradicional, como mostra Oliveira (2015) e proteção jurídica do produto e do território, uma afirmação de Ferreira; Bezerra (2023). Além disso, as IGs segundo Pellin (2019) são vistas como vetores de desenvolvimento territorial. No entanto, Dallabrida; Baukart; Guinzani (2020) mencionam os desafios e limitações nos impactos esperados.

Com isso tornou-se perceptível que a política IG é interessante para os povos e comunidades tradicionais da Amazônia pois, pode trazer benefícios como acesso ao comércio,

visibilidade e valorização dos produtos de qualidade produzido com o saber e tradição destas populações, além de renda e melhoria de vida, porém ao ser inseridas deve haver o planejamento sobre como pode ser executada, considerando o público requerente.

### 3.2 Análise das categorias que emergiram nos autores selecionados

#### 3.2.1 Sustentabilidade socioambiental

Neste eixo sustentabilidade socioambiental foi possível notar que a maior parte dos estudos evidencia o potencial das IGs na preservação de saberes e na conservação dos recursos naturais. Nesse contexto Gadotti (2008) descreve, a partir de uma “cosmovisão ecológica”, que a harmonização entre o homem, desenvolvimento e terra é central para a sustentabilidade.

Essa literatura aborda a sustentabilidade como um conceito multidimensional que envolve a dimensão econômica relacionada à eficiência e geração de benefícios; dimensão social considerando os impactos sobre as comunidades humanas, a justiça social e a equidade; dimensão ambiental que prioriza o uso consciente dos recursos naturais (Barbieri, 2010).

Segundo Cruz; Cabral (2023), ao guardar o nome de um produto, a IG guarda também, mesmo que indiretamente, o território ao qual ele pertence. Esta defesa vai além do produto em si, valorizando as características naturais e culturais do local. Para Dallabrida *et al.*, (2020) a instância territorial é entendida como o local onde ocorrem processos socioeconômico-culturais, que resultam no reconhecimento de produtos ou serviços com peculiaridades territorial e tais estratégias possuem potencialidades de auxiliar no desenvolvimento territorial.

Assim, destaca-se, nessa literatura, que as IGs podem ser ferramentas importantes para a preservação da biodiversidade, do conhecimento regional e dos recursos naturais (Pellin, 2019), e são importantes por desempenhar um papel na proteção, gestão ou criação de paisagens, permitindo uma relação possível entre a produção e a preservação ambiental (Pellin, 2019).

Nesse sentido, Pellin (2019) argumenta que as IGs sevem de instrumentos relevantes para a preservação da biodiversidade, dos conhecimentos regionais e da própria paisagem ambiental, ao possibilitar formas produtivas integradas à conservação.

Nessa mesma direção, identificou-se o conceito de socioambientalismo, que se mostrou fundamental na literatura, especialmente no caso de IGs relacionadas a produtos oriundos da agrobiodiversidade e de saberes tradicionais. Oliveira (2015) destaca que as políticas públicas

ambientais devem reconhecer explicitamente o papel de comunidades locais e povos tradicionais como detentores de conhecimentos e práticas de manejo ambiental. Isso implica proteger não apenas o produto, mas o “homem do campo e seu saber fazer”.

Na obra de Bispo dos Santos (2007), há a valorização desses saberes e dos modos de vida dos povos quilombolas e tradicionais, portanto, dos sujeitos locais, aparecem como ponto central, por apresentarem resistência frente às lógicas colonizadoras e produtivistas.

Em termos práticos, o estudo de Ferreira; Bezerra (2023), sobre o chocolate da Ilha do Combú, mostra como a IG pode ser um exemplo concreto de uso sustentável dos recursos naturais, com respeito aos ciclos da natureza e convivência harmônica entre espécies. Esse tipo de iniciativa reforça o vínculo entre produção e preservação, sendo indicativo de inovação sustentável no contexto amazônico.

Oliveira (2015) também analisa a IG da farinha de Bragança, destacando que a preservação do “saber-fazer” tradicional, aliado ao reconhecimento legal, fortalece a sustentabilidade cultural e social. Enquanto Souza (2025), ao abordar os sistemas produtivos da agricultura familiar na Amazônia, reforça que esses produtos, frequentemente vinculados às IGs, estão relacionados a práticas sustentáveis e a desafios ambientais relevantes. No entanto, os estudos consultados alertam para riscos e contradições.

Souza (2025) aponta que a lógica das certificações pode pressionar comunidades a adotarem práticas padronizadas, muitas vezes dissociadas da realidade local, o que leva à homogeneização de processos e à perda de biodiversidade. Ele destaca as práticas como o “corte e queima” e a baixa valorização das ações de preservação ambiental nos arranjos produtivos existentes.

Dessa forma, os textos analisados indicam que, embora as IGs tenham potencial de contribuir para a gestão socioambiental e o desenvolvimento territorial sustentável, é necessário um olhar atento e crítico às limitações, contradições e riscos que envolvem sua implementação, especialmente na Amazônia, devido o risco de homogeneização de práticas e pressão produtivista associada à lógica mercadológica das certificações, incluindo a degradação ambiental causada por certos sistemas de produção, mais especificamente sobre o “corte e queima” e a baixa valorização das ações de preservação ambiental no contexto da organização produtiva conforme Souza (2025).

### 3.2.2 IGs, educação e saberes locais

Embora o tema da educação não seja tão recorrente quanto os demais eixos nas fontes analisadas, aparece de forma significativa em experiências que envolvem o conhecimento tradicional e a valorização dos saberes locais. A literatura aponta que, em projetos de IGs, como o do chocolate da Ilha do Combú, a relação entre produção, identidade cultural e educação ambiental se manifesta por meio do turismo de base comunitária.

Nessa mesma lógica Ferreira; Bezerra (2023) destacam que os moradores compartilham saberes sobre o manejo do cacau e a importância cultural do produto, fortalecendo o vínculo entre a comunidade, o território e o conhecimento transmitido, pois a transmissão de saberes intergeracionais, como evidenciada no estudo de Oliveira (2015), no qual o processo de produção da farinha de mandioca em Bragança é descrito como um saber empírico, construído ao longo de gerações e repassado oralmente. Esse “saber-fazer” se constitui como um dos elementos que geram a “fama” do produto e justificam a necessidade de reconhecimento por meio da Indicação Geográfica, garantindo sua originalidade e autenticidade (Da Silva, 2020).

Oliveira (2015) descreve o conhecimento tradicional apresentado como um tipo de construção de noções, técnicas e saberes de forma dinâmica, envolvendo aspectos científicos, artísticos e literários. Sua transmissão ocorre no interior das relações sociais dos grupos que o produzem, afirmando valores como um componente central na gestão territorial e cultural das IGs. No entanto, esse tipo de saber enfrenta ameaças diante da pressão por inovações técnicas e da lógica mercadológica que pode conflitar com os modos tradicionais de produção.

Nesse contexto, a educação popular aparece como uma abordagem fundamental para o fortalecimento dos sujeitos sociais e para o empoderamento das comunidades. Kruppa (2005) define-a como uma prática educativa transformadora, voltada à criação de uma nova sociedade “dentro e em oposição à velha”. Essa pedagogia dos povos promove a valorização dos saberes locais e integra as realidades das comunidades amazônicas aos processos educativos formais e não formais, com base nos princípios da democracia, da cooperação e da autogestão de elementos compartilhados com os princípios da economia solidária.

Gadotti (2008) reforça essa perspectiva ao defender uma educação para o desenvolvimento sustentável, portanto, que incorpore a diversidade cultural, a equidade social e os saberes tradicionais nos currículos e nas práticas pedagógicas, especialmente, quando se trata de projetos de IG voltadas às comunidades tradicionais na Amazônia.

E, segundo Oliveira (2015), há as dificuldades nos sistemas formais de ensino, em reconhecer e valorizar os saberes específicos dos alunos oriundos de contextos tradicionais. Isso revela um desafio na articulação entre políticas de IGs e processos educativos que promovam autonomia e justiça territorial. O autor mostra os riscos de descaracterização dos saberes tradicionais diante da padronização exigida pelos sistemas de certificação.

Valente *et al.*, (2013) destacam o papel das universidades e instituições de ensino como atores importantes que oferecem apoio técnico para elaboração de projetos da IG e capacitação de atores locais. No entanto, há as limitações quanto ao acesso das comunidades a essas instituições e às capacitações ofertadas, muitas vezes são condicionadas à mediação de políticas públicas ou à iniciativa de projetos pontuais.

Portanto, embora poucos estudos abordem diretamente a educação em articulação com IGs, as referências consistem na transmissão oral de saberes, na aprendizagem sobre o trabalho da educação ambiental e popular, como estratégias relevantes para valorizar os conhecimentos locais. O desafio está em integrar efetivamente ações educativas formais e não formais nos processos de IGs, de modo a fortalecer a autonomia dos sujeitos e a promover um desenvolvimento territorial mais justo, solidário e sustentável.

### 3.3.3 Economia solidária e mercados alternativos

A relação entre as IGs e a economia solidária é pouco desenvolvida na literatura, embora surjam experiências que apontam a convergência desses elementos relevantes. Nos autores analisados, destacam-se as iniciativas de organização coletiva como componente essencial do processo de IGs, mas mostram as fragilidades institucionais, riscos de exclusão social e desafios relacionados à proteção do conhecimento tradicional nos modelos de construção das IGs, pois raramente são desenvolvidas por processos participativos ou redistributivos.

Mesmo não havendo conexão explícita entre IGs e os princípios da economia solidária, observa-se uma sobreposição conceitual e prática, nas medidas em que a economia solidária é compreendida como uma proposta de organização autogestionária do trabalho e da produção, com foco na inclusão social, no fortalecimento da cooperação e no desenvolvimento territorial (Silva, 2018). Do mesmo modo, o processo de implementação das IGs requer frequentemente organização coletiva dos produtores, especialmente na agricultura familiar (Pellin, 2019; Oliveira, 2015).

Maiorki; Dallabrida (2015) reforçam que as IGs podem gerar visibilidade para produtos locais, acarretando benefícios econômicos diretos e indiretos para comunidades e produtores envolvidos, além de fortalecer o capital social, o que favorece o reconhecimento da identidade local, o estímulo ao sentimento de pertencimento e a promoção de estratégias de cooperativas e desenvolvimento, elementos podem ser potencializados se trabalhados sob os princípios da solidariedade, cooperação, ajuda mútua e reciprocidade.

O caso da farinha de Bragança exemplifica essa lógica, pois segundo Oliveira (2015), o processo de certificação envolveu associações como a COOMAC, e abriu espaço para debates comunitários sobre os rumos do território. Da mesma forma, Dallabrida; Baukart; Guinzani (2020) observam que as IGs possibilitam processos de proposição coletiva do futuro, o que converge com os princípios da economia solidária voltados à autonomia, participação democrática e planejamento cooperativo.

Silva (2018), ao investigar empreendimento da economia solidária, destaca a importância dos processos internos de autogestão, presentes em iniciativas agroalimentares vinculadas a IGs. Um exemplo emblemático é o caso do chocolate da Ilha do Combú, onde uma produtora ribeirinha transforma o conhecimento tradicional em um bioproduto certificado. Segundo Ferreira; Bezerra (2023), embora seja uma experiência individual, há um esforço deliberado de compartilhamento dos ganhos com a comunidade, o que ressoa diretamente com os princípios de valorização do trabalho local, inclusão social e protagonismo comunitário.

Portanto, embora a literatura careça de estudos que articulem, de forma sistemática, as IGs ao campo da economia solidária, os exemplos analisados sugerem que há potencial significativo de convergência entre essas duas abordagens, haja vista a valorização do trabalho coletivo, da autogestão, do conhecimento tradicional e da produção sustentável, como elementos que aproximam essas experiências e que, se fortalecidos, podem contribuir para a consolidação de mercados alternativos mais justos e enraizados nos territórios.

### 3.2.4 Gestão e governança das IGs

A governança das IGs é uma preocupação recorrente, como pode ser identificados nos autores analisados, particularmente quando estes denunciam a verticalização dos processos decisórios, o afastamento dos agricultores familiares das deliberações e o uso equivocado de planos de ação por conselhos reguladores — como no caso da farinha de Bragança, em que o conselho regulador responsável pelo plano de ação da IG, utiliza-o de forma equivocada, isto

é, uma lógica de produção direcionada exclusivamente ao mercado, gerando impactos que fragilizam os sujeitos que produzem a farinha, conforme aponta Sousa (2023).

É importante ressaltar essa realidade na medida em que as IGs estão diretamente relacionadas à gestão dos empreendimentos que produzem os bens certificados, pois sua manutenção depende do cumprimento de normas específicas, estabelecidas em documentos como o caderno de especificações técnicas. Esse instrumento serve como guia para a produção, o uso do selo e para ações de fiscalização (Ferreira; Bezerra, 2023). Dessa forma, a gestão precisa ir além do aspecto técnico-produtivo e estar alinhada a uma visão de desenvolvimento territorial, conforme Oliveira (2015), que defende uma gestão integrada ao território, considerando os saberes, contextos e atores envolvidos.

A literatura aponta que a gestão das IGs precisa ser democrática e participativa, respeitando os arranjos locais a fim de promover o protagonismo das comunidades locais, implicando na necessidade de estruturas favorecedoras da diversidade de agentes envolvidos, como agricultores familiares, cooperativas, instituições técnicas e consumidores — tendo em vista assegurarem a transparência e a equidade nos processos decisórios.

Souza *et al.*, (2025) reforçam os desafios enfrentados por agricultores familiares, no contexto amazônico, como a ausência de assistência técnica, a baixa diversificação produtiva e a fragilidade na gestão de cultivos e empreendimento. Tais limitações comprometem não apenas a viabilidade econômica, mas a própria permanência das comunidades no campo e a conservação dos territórios.

Silva (2018) destaca a importância da autogestionária, com foco na organização econômica, controles financeiros e participação democrática, práticas alinhadas à proposta das IGs, quando elas são implementadas de forma coletiva e com base na valorização dos saberes locais, o que corresponde ao processo de organização dos empreendimentos agroalimentares vinculados à economia solidária.

Nos estudos de Cruz; Cabral (2023) sobre o açaí de Cametá; Ferreira; Bezerra (2023) relativo ao chocolate da Ilha do Combú e de Sousa *et al.* (2023) que trata da farinha de Bragança, todos esses autores indicam como a gestão territorial, a identidade cultural e os processos coletivos são elementos-chave para o sucesso ou fracasso das IGs, demonstrando a importância de uma governança que articule aspectos produtivos, culturais, ambientais e sociais de forma integrada.

Em síntese, a efetividade das IGs depende da solidez e da sensibilidade de suas estruturas de gestão, no entanto, estas devem ser construídas a partir do território e com a participação dos atores locais, pois a articulação entre IGs, agricultura familiar, economia solidária e governança democrática é fundamental, para que os selos não sejam apenas instrumentos de mercado, mas ferramentas de fortalecimento territorial e justiça social na Amazônia.

### 3.4 Desafios e Lacunas na literatura sob IGs na Amazônia

Apesar do reconhecimento das IGs são uma estratégia relevante para o desenvolvimento territorial (Dallabrida; Baukart; Guinzani, 2020) e para a valorização de produtos com especificidade cultural e ambiental (Oliveira, 2015), a revisão da literatura e a análise de experiências amazônicas revelam uma série de desafios significativos e lacunas estruturais em sua implementação, especialmente em contextos de base familiar e tradicional.

Autores como Dallabrida; Baukart; Guinzani (2020) destacam que os processos de registro e gestão das IGs priorizam os requisitos legais em detrimento da complexidade socioeconômica e cultural dos territórios envolvidos. A ênfase na formalidade documental frequentemente desconsidera aspectos como o domínio do saber-fazer local, as condições de vida dos produtores e a real valorização dos produtos pela comunidade e pelo mercado.

Oliveira (2015) se refere às dificuldades jurídicas e burocráticas que são conhecidas, por serem dispendiosas e tecnicamente exigentes no Brasil, mostrando os desafios estendem às dimensões organizacionais, ambientais, sociais e educativas, demonstrando a necessidade de abordagens integradas e sensíveis ao território.

O estudo de Oliveira (2015) sobre o caso da farinha de Bragança é ilustrativo ao evidenciar os riscos de exclusão social, técnica e cultural nas iniciativas de Indicação Geográfica (IG), especialmente quando essas iniciativas não consideram as especificidades dos povos e comunidades tradicionais. Em primeiro lugar, há uma marginalização histórica e invisibilidade desses grupos, que foram sistematicamente ignorados pelo poder público e pela sociedade. O modelo de desenvolvimento baseado apenas em interesses econômicos tende a desconsiderar os sistemas produtivos locais e a relação entre o rural e o urbano, resultando em exclusão e ameaças às formas tradicionais de vida.

Além disso, muitos produtores são excluídos dos benefícios diretos da IG devido às exigências técnicas, como infraestrutura adequada, padrões de higiene e processos padronizados, o que impõe custos que os agricultores com menos recursos não conseguem arcar. Isso dificulta a permanência de práticas tradicionais e diversificadas. A IG também pode acabar sendo dominada por atores com mais recursos, como grandes empresas, enquanto pequenos produtores e agricultores familiares ficam à margem do processo de construção e regulação, agravando as desigualdades.

Esses desafios ajudam a explicar por que muitas iniciativas de IG fracassam ou não alcançam seus objetivos. Dallabrida; Baukart; Guinzani (2020) argumentam que esses insucessos decorrem da ênfase excessiva na normatização legal e da negligência aos processos sociais, culturais e históricos que constituem a base dos territórios.

Outro ponto crítico é a baixa participação dessas comunidades no processo de elaboração dos pedidos de IG. No caso da farinha de Bragança, a dificuldade de articulação entre os municípios produtores comprometeu a representatividade da iniciativa. Barreiras financeiras e logísticas limitam a participação mais ampla e efetiva dos envolvidos. Soma-se a isso o risco de exclusão cultural, pois a padronização exigida pode apagar saberes locais e práticas tradicionais. Muitas vezes, as propostas de proteção são elaboradas por agentes externos que não compreendem as necessidades reais das comunidades, utilizando uma abordagem jurídica que reforça desigualdades e enfraquece suas estruturas sociais.

Há também uma inadequação do marco legal e institucional brasileiro em relação às IGs e ao acesso aos conhecimentos tradicionais, com lacunas que comprometem os direitos dos povos tradicionais e não garantem sua participação efetiva. Por fim, o descompasso entre as políticas públicas e a realidade local torna o modelo de desenvolvimento rural insuficiente para iniciativas como a IG. A falta de apoio técnico, logístico e territorializado impede a construção de processos mais inclusivos. Sem planejamento adequado e participação ampla, como alerta Oliveira (2015), as IGs podem não apenas falhar em promover o desenvolvimento, mas também agravar a pobreza e as desigualdades já existentes.

#### 4. Considerações finais

Esta pesquisa permitiu identificar e discutir criticamente as principais abordagens sobre os impactos das Indicações Geográficas (IGs) na Amazônia, com ênfase nas dimensões da

sustentabilidade socioambiental, economia solidária, educação e saberes locais, e gestão de empreendimentos agroalimentares. A análise evidenciou que, embora as IGs sejam reconhecidas como uma política pública, com potencial para valorização territorial, cultural e econômica, sua implementação, na região amazônica, está longe de ser isenta de contradições, disputas e desafios estruturais.

De um lado, entre os pontos positivos, destacam-se a valorização dos saberes tradicionais, o fortalecimento simbólico de produtos regionais e o potencial para diversificação econômica das comunidades. Por outro lado, os estudos analisados apontam lacunas significativas quanto à inclusão efetiva dos agricultores familiares nos processos de gestão das IGs, à ausência de práticas educativas que promovam o protagonismo comunitário e à limitada articulação com princípios da economia solidária.

As evidências apontam para a urgência de modelos de governança participativa, multissetorial e territorializada, capazes de integrar diferentes saberes, atores e dimensões do desenvolvimento. Isso implica a necessidade de incorporar estratégias de educação popular, valorizar a gestão cooperativa, e promover a autogestão por meio de redes solidárias, ampliando o acesso, o reconhecimento e os benefícios das IGs para os povos da floresta, agricultores familiares e comunidades tradicionais.

Assim, a revisão revelou a escassez de estudos interdisciplinares que articulem simultaneamente as dimensões analisadas, evidenciando uma abordagem fragmentada na literatura. Ao sistematizar esse panorama, o artigo busca contribuir para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial mais justas, sustentáveis e baseadas nos saberes locais, reforçando o papel coletivo e ético de instituições, movimentos sociais e comunidades na consolidação das IGs na Amazônia.

## 5. Referências Bibliográficas

BARBIERI, José Carlos *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. Revista de administração de empresas, v. 50, p. 146-154, 2010.

BIANCHINI, Ilka M. E. Modelo de estratégias de gestão para utilização em Indicação Geográfica de rendas e Bordados. 133f. Tese de Doutorado (Doutor em Ciência da Propriedade Intelectual – Universidade Federal de Sergipe – UFS) 2019.

BISPO SANTOS, Antonio. Colonização, Quilombos: modos e significados. Teresina: Editora COMEPI, 2007.

DA CRUZ, B. E. V.; CABRAL, R. C. A produção de açaí na microrregião de Cametá (PA): relevância de uma indicação geográfica. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [S. l.], v. 16, n. 11, p. 27011–27028, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.11-135. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/3174>. Acesso em: 14 maio. 2025.

DA SILVA, Lidenilson. S. Estratégia de valorização da Farinha de Bragança, Pará: controvérsias no processo da certificação da Indicação Geográfica (IG). 140f. Dissertação (Mestrado Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável - Universidade Federal do Pará) 2020.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BAUKART, Kelly Samantha; GUINZANI, Walison. Signos distintivos territoriais e indicação geográfica: uma avaliação de experiências com a aplicação de instrumental metodológico. *Interações (Campo Grande)*, v. 21, n. 1, p. 195-211, 2020.

DE CARVALHO, Maira Bueno. Conservação da agrobiodiversidade e desmatamento na Amazônia: os desafios da produção de farinha de mandioca na região de Cruzeiro do Sul, Acre. *Cadernos de Campo (São Paulo-1991)*, v. 25, n. 25, p. 176-199, 2016.

DE SOUZA, Thaianne Cristino *et al.* Sistemas Produtivos Empregados na Agricultura Familiar da Amazônia: Uma Revisão de Escopo. *Brazilian Journal of Biological Sciences*, v. 12, n. 26, p. e107-e107, 2025.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Katálysis*, v. 24, p. 532-541, 2021.

FERREIRA, Alexandre Miranda; BEZERRA, Maria das Graças Ferraz. Indicação Geográfica Ilha do Combú para o Produto Chocolate: O primeiro caso de único produtor pessoa física no Brasil. *Cadernos de Prospecção*, v. 16, n. 3, p. 904-917, 2023.

GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade. *Inclusão social*, v. 3, n. 1, 2008.

INPI, Instituto Nacional da Propriedade Industrial. INPI institui selos brasileiros de Indicações Geográficas. Pagina online. 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/inpi-institui-selos-brasileiros-de-indicacoes-geograficas> > Acesso em: 26 de outubro de 2024.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. 2005.

LIMA, Isabelle. (2024). Portal Amazônia Responde: que produtos da região amazônica possuem Indicação Geográfica? Disponível em: [https://portalamazonia.com/economia/portal-amazonia-responde-que-produtos-da-regiao-possuem-indicacao-geografica/?utm\\_source=chatgpt.com](https://portalamazonia.com/economia/portal-amazonia-responde-que-produtos-da-regiao-possuem-indicacao-geografica/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 10 de maio de 2025.

MAIORKI, Giovane José; DALLABRIDA, Valdir Roque. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. *Interações (Campo Grande)*, v. 16, n. 1, p. 13-25, 2015.

MATTOS, Paulo de Carvalho. Tipos de revisão de Literatura. (2015). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2025.

MONJE-REYES, Pablo. *Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica*. Cadernos Ebape. br, v. 9, p. 704-723, 2011.

MUNIZ, Érico Silva Alves. Comida como patrimônio: consumo, soberania e identidade na Indicação Geográfica da Farinha de Bragança, no Pará (2013-2018). Revista Ingesta, v. 1, n. 2, p. 180-180, 2019.

OLIVEIRA, Amanda Borges de. Indicações geográficas, produtos tradicionais e desenvolvimento territorial na Amazônia: um olhar sobre o projeto de indicação geográfica da farinha de Bragança. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2015. Programa de Pós-Graduação em Direito.

PELLIN, Valdinho. Indicações Geográficas e desenvolvimento regional no Brasil: a atuação dos principais atores e suas metodologias de trabalho. Interações (Campo Grande), v. 20, p. 63-78, 2019.

SILVA, Sandro Pereira. Brasil, Economia Solidária No. O Campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: Abordagens Metodológicas e Dimensões Analíticas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro, 2018.

SOUSA, C. M. O cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.) e os princípios agroecológicos: refletindo sobre a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares com certificação de Indicação Geográfica (IG), em Bragança – PA. 118f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará- UFPA) 2023.

VALENTE, Maria Emília Rodrigues; PEREZ, Ronaldo; FERNANDES, Lúcia Regina Rangel de Moraes Valente. O processo de reconhecimento das restrições geográficas de alimentos e bebidas brasileiras: regulamento de uso, delimitação da área e diferenciação do produto. Ciência Rural, v. 43, p. 1330-1336, 2013.